



U ELREY Faço saber aos que este Alvará com
força de Lei viram: Que verificando-se na Minha
Real Presença pela Consulta da Mesa do Desembargo
do Paço, a que Mandeí proceder sobre as repre-
sentações do Juiz de Fóra da Villa de Marajó na
Ilha de Joannes; Comarca do Pará, serem frequen-
tes as desordens, abusos, e crimes commetidos na
mesma Ilha contra o socego publico, administração
da Justiça, e arrecadação da Minha Real Fazenda;
sem que seja possível ao dito Ministro occorrer a es-
tes males, por lhe não ter sido dada pelo Alvará

de oito de Maio de mil oitocentos e onze, que creou aquelle Lugar, juris-
dicção mais do que na dita Villa e seu Termo; accrescendo a isto a fal-
ta das Visitas e Correições annuaes dos respectivos Ouvidores, occasionada
pela difficuldade, e perigos que offerece o trajecto da Cidade do Pará para
a dita Ilha; Propondo-se-Me ser em taes circumstancias da mais urgente ne-
cessidade a criação de hum Lugar de maior Alçada na mesma Ilha, cujo
Magistrado, exercendo a sua jurisdição no grande territorio della, a possa
opportunamente corrigir, e provêr os seus habitantes do efficaz remedio de
que precisão. E sendo essencial ao Bem Comum, prosperidade daquelles Po-
vos, e interesses da Minha Real Fazenda, que se reprimão os mencionados
abusos, e delictos; e que se castiguem, e contenhão no respeito e temor
das Minhas Leis os perturbadores da boa ordem, e segurança publica; a fim
de que pela sua impunidade se não renovem, e multipliquem cada vez mais,
os crimes, que a mesma produz; Tendo consideração ao referido, e ao mais
que se Me expôs na sobredita Consulta, em que foi ouvido o Desembar-
gador Procurador da Minha Real Corôa e Fazenda.

Sou Servido Crear huma nova Comarca na Sobredita Ilha de Joannes,
que se denominará „ Comarca da Ilha de Joannes e Marajó „ e terá por
Districto todo o territorio da mesma Ilha, sendo a Villa de Marajó a Ca-
beça da Comarca, e suas Comarcâas as Villas antigas de Chaves, Soure,
Salvatterra, Monforte, e Monsarás, e todas as mais que para o futuro se
crearem na dita Ilha, com os Lugares ou Aldéas della, ficando desde logo
desmenibrada a mesma nova Comarca da do Pará, a que atégora pertencia,
e supprimido o Lugar de Juiz de Fóra do Cível, Crime, e Orfãos creado na
dita Villa de Marajó pelo referido Alvará de oito de Maio de mil oitocen-
tos e onze.

O Ouvidor e Corregedor da nova Comarca da Ilha de Joannes e Ma-
rajó, que Eu Houver por bem Nomear, e os seus successores, exercerão es-
te Lugar, e os cargos que lhe são annexos, na conformidade das Minhas
Ordenações, Regimentos dos Ouvidores Geraes, e mais Leis, e Ordens que
se achão estabelecidas, com a mesma jurisdição, ordenado, Aposentadoria,
e Propinas, que tem o Ouvidor da Comarca do Pará.

E Sou outrossim Servido Crear os Officios de Escrivão, e Meirinho
da Ouvidoria e Correição da dita nova Comarca; e as pessoas, que forem
providas nestes dous Officios, os servirão na fórma das Leis, e Regimentos,
que lhes são respectivos.

Pelo que Mando á Mesa do Desembargo do Paço e da Consciencia e
Ordens; Presidente do Meu Real Erario; Conselho da Minha Real Fazen-
da; Regedor da Casa da Supplicação; e ao Governador e Capitão General
da Capitania do Pará, e todos os mais Governadores; Magistrados; Justi-
ças, e outras quaesquer pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará per-
tencer, o cumprão e guardem, e fação cumprir e guardar tão inteiramente
como nelle se contém, não obstantes quaesquer Leis, Regimentos, ou Or-

dens em contrario; porque todas, e todos Hei por derogados, como se dellas, e delles Fizesse expressa, e individual menção, para o referido effeito sómente; ficando aliás sempre em seu vigor. E este valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação em contrario. Dado no Rio de Janeiro aos dezesete de Agosto de mil oitocentos e dezeses.

REY . . .

Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Magestade Ha por bem, Extinguindo o Lugar de Juiz de Fôra da Villa de Marajó na Ilha de Joannes, Capitania do Pará, Crear huma nova Comarca na mesma Ilha com a denominação de „ Comarca da Ilha de Joannes e Marajó; „ Desmembrando-a da Comarca do Pará; e Assignando-lhe por Districto todo o territorio da dita Ilha; sendo a Cabeça da Comarca a referida Villa de Marajó. E ha outrosim por bem Crear o Officio de Escrivão, e o de Meirinho da Ouvidoria e Correição da mesma nova Comarca; tudo na fôrma acima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

Por immediata Resolução de Sua Magestade de oito de Junho de mil oitocentos e dezeses, tomada em Consulta da Mesa do Desembargo do Paço de vinte de Maio do mesmo anno.

Monsenhor Almeida. José de Oliveira Pinto Botelho e Mosquera.

Bernardo José de Souza Lobato o fez escrever.

Registado a fol. 236. vers. do Liv. I., que serve de Régisto dos Decretos e Alvarás nesta Secretaria da Mesa do Desembargo do Paço do Reino do Brazil. Rio de Janeiro vinte de Setembro de mil oitocentos e dezeses.

Henrique Anastacio de Novaes.

Joaquim José da Silveira o fez.

Na Offic. de J. F. M. de Campos

